



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**DAIANI APARECIDA FERRANDI**

**DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA DE UNIVERSITÁRIOS COM BAIXA VISÃO:  
REVISÃO SISTEMÁTICA**

São Carlos  
2023

**DAIANI APARECIDA FERRANDI**

**DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA DE UNIVERSITÁRIOS COM BAIXA VISÃO:  
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso como parte avaliativa para obtenção de título de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosimeire Maria Orlando

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup> Ma. Josana Carla Gomes da Silva

São Carlos  
2023

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho ao meu pai, que não está mais aqui fisicamente para me ver conquistar esse sonho, mas que eu consigo sentir ao meu lado em todos os dias da minha vida, desde quando ele se foi.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda força que me deu nos dias difíceis em que as coisas pareciam impossíveis de acontecerem.

À minha mãe e meu irmão Emerson, minha família, por todo apoio e confiança que distribuíram a mim em mais uma etapa da minha vida. Obrigada por acreditarem em mim.

À minha melhor amiga, Ana Luísa, que sempre dividiu seus sonhos comigo e me acompanha nas realizações dos meus. Obrigada por sempre acreditar em mim, me ouvir e aconselhar. Que a gente ainda possa compartilhar muitas conquistas como essa, juntas!

Às minhas amigas da graduação: Marcela, que me acompanha desde o dia em que fizemos nossa matrícula, obrigada por ser minha dupla durante esses quatro anos e por dividir essa jornada comigo; Franciele e Jennifer, por todas as vezes em que fizeram meus dias na universidade mais leves e felizes, nossa amizade ultrapassa essa etapa.

Ao meu amigo Lucas, por me ajudar a encarar as coisas com outros olhos quando a graduação tomava a maior parte do meu tempo. Obrigada pelas risadas e por todas as vezes em que me ouviu nos dias difíceis.

Aos meus amigos de Santa Eudóxia, que me acompanham em todos os ciclos e compartilham dias felizes e não tão felizes assim durante uma vida inteira, que nós possamos dividir muitos planos e conquistá-los juntos.

Às minhas amigas, Isabella e Micaela, que mesmo distantes fisicamente estiveram do meu lado durante toda essa jornada, desde quando a graduação ainda não era uma realidade.

À minha orientadora, Rosimeire, por me receber de braços abertos para a realização deste trabalho e por tudo que me ensinou durante a graduação.

À minha coorientadora, Josana, que se tornou uma grande amiga durante esse processo. Obrigada por sempre me acalmar e dividir seus conhecimentos comigo, nossa amizade é um presente.

## RESUMO

Estudantes com deficiência visual enfrentam dificuldades de acesso e permanência na educação superior relacionadas às barreiras físicas e atitudinais, presentes nas instituições de Educação Superior. Considerando políticas educacionais que garantem o acesso desses estudantes nesse nível educacional, é importante avaliar a presença de estratégias que garantam a permanência no espaço acadêmico e possibilitem a oferta de ensino de qualidade. O objetivo deste Trabalho de Conclusão de curso foi: investigar as dimensões de acessibilidade apresentadas nas pesquisas científicas e indicar quais possibilitam o acesso à formação acadêmica de estudantes com baixa visão na educação superior brasileira. Como objetivos específicos: a) Investigar estudos que tratam das dimensões de acessibilidade para pessoas com baixa visão; b) Caracterizar quais dimensões estão presentes na formação de estudantes com baixa visão na Educação Superior brasileira; c) Indicar quais dessas dimensões contribuem para a permanência desses estudantes na educação superior. Para tanto, a pesquisa utilizou o método de Revisão Sistemática. As bases de dados utilizadas foram: *SciELO* e *CAPES*. Foram analisados 12 artigos, os quais evidenciaram que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual durante a sua formação acadêmica perpassam, principalmente, por dois eixos, sendo eles: (i) Acessibilidade em suas diferentes dimensões e (ii) Formação docente. Foi possível considerar que a inclusão de pessoas com baixa visão na educação superior brasileira conta com muitas iniciativas criadas a partir das políticas públicas. Mas, nem sempre se torna visível ações para o desenvolvimento de estratégias e mudanças que possibilitem o acesso e permanência dessas pessoas no ambiente acadêmico, tanto por parte da instituição quanto do corpo docente, sem que haja a garantia e cumprimento da legislação, que tem como objetivo garantir o acesso desse público nas instituições de educação superior brasileiras evidenciando a importância de uma maior atenção voltada para o processo de inclusão de estudantes com baixa visão a fim de garantir que o acesso e permanência desses indivíduos estejam ocorrendo de maneira efetiva. É esperado que essa pesquisa possa contribuir com a temática levantada e que atraia novos olhares para o público aqui discutido, a fim de colaborar para novas análises realizadas futuramente, trazendo novas informações para o tema.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Baixa visão; Educação superior; Acessibilidade.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	6
1.1 Acessibilidade .....	8
1.2 A importância da produção e/ou adaptação de recursos pedagógicos para estudantes com baixa visão .....	11
1.3 OBJETIVOS .....	13
2 MÉTODO.....	14
3 RESULTADOS .....	16
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	23
4.1 Acessibilidade em suas diferentes dimensões.....	23
4.2 Formação docente .....	30
REFERÊNCIAS .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

A história da Educação Superior brasileira teve início apenas em 1808, durante o período imperial. As instituições se apresentavam de forma elitizada, o que fez com que o processo da descentralização da educação acontecesse de forma lenta e tardia, a partir da Carta Magna, como indicam Santos e Cerqueira (2009). Segundo os autores, a partir da Carta Magna várias instituições começaram a serem criadas, tanto de caráter público, privado, quanto confessional, dando início a um novo período na educação.

Sobre tais mudanças, Martins (2002, p. 06) indica que “uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite”. Tendo em vista que o histórico educacional no país teve início a partir do ensino religioso, que visava não apenas catequizar os povos conquistados, africanos e indígenas, mas perpetuar os costumes europeus e instaurar a hierarquia na colônia (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009), é de suma importância ressaltar que, com tais mudanças na educação superior brasileira, outras classes tiveram a possibilidade de acesso à educação, por exemplo, as pessoas com deficiência.

Assim, a partir do ano de 2012, com a publicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto, também conhecida como “Lei de Cotas”, as universidades federais devem reservar 50% das vagas ofertadas à candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita* e pessoas autodeclaradas pretas, pardos e indígenas.

Sem dúvidas esse foi um grande passo para se pôr em pauta a discussão de acesso e permanência dessa parcela da população no fluxo da formação acadêmica, bem como a efetivação das políticas públicas de ações afirmativas, no entanto pessoas com deficiência não foram contempladas, ficando mais uma vez à margem. Somente quatro anos depois, com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, elas foram consideradas no texto da Lei, com garantia de direito à reserva de vagas nas instituições de educação superior federais brasileiras. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 12.711, de 2012:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas [...] serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, p 1).

De acordo com os microdados da Educação Superior brasileira (INEP, 2019), no ano de 2019 cerca de 12.350.832 estudantes se matricularam na educação superior, do total de matrículas apenas 18.951 apresentavam baixa visão, o que equivale a 0,15% do total de matrículas no país. Embora haja um aumento de matrículas de estudantes com baixa visão na educação superior a partir de 2016, esse número continua abaixo de 1% das matrículas, denotando que esses estudantes seguem à margem da educação. De acordo com Cabral, Orlando e Meletti (2020), as políticas têm papel importante na garantia de direito à formação acadêmica de estudantes com deficiência na educação superior, contudo o aumento gradual de matrículas é fruto do esforço contínuo de luta e embate da população, como movimentos sociais, professores, pessoas com deficiência e outros, pela garantia de direitos.

Quanto à baixa visão, qualquer pessoa que tenha a “acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica” é considerada com baixa visão (BRASIL, 2004, p. 2). Sendo assim, a baixa visão pode ser definida como uma:

[...] alteração significativa da capacidade funcional, decorrente de fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações para visão de cores e sensibilidade aos contrastes, que interferem ou limitam o desempenho visual (BRASIL, 2006, p. 11).

De acordo com Smith (2008), quando a pessoa apresenta baixa visão ela pode sofrer influência de muitos fatores, como “acuidade, [...] visão periférica, condições ambientais e variáveis psicológicas. A **acuidade visual** diz respeito a quanto uma pessoa pode ver bem em diferentes distâncias” (2008, p. 331, grifo da autora). Segundo a autora, pessoas com baixa visão usam a visão residual para executarem tarefas diárias e de aprendizagem.

Para Sá (2007), a definição de baixa visão é complexa, devido à variedade e a intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções são responsáveis por atingirem desde uma simples percepção de luz, até uma redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral no cotidiano.

A partir disso, surgem alguns questionamentos a respeito das dimensões de acessibilidade presentes no processo de formação acadêmica de estudantes com baixa visão na educação superior brasileira, tais como: (i) De que forma as dimensões de acessibilidade estão presentes no processo de formação de estudantes com baixa visão; (ii) Quais são as contribuições feitas por parte dos professores universitários; (iii) Como essas dimensões podem favorecer o processo de ensino aprendizagem dos estudantes; (iv) Até que ponto os docentes conseguem ter controle dessas dimensões presentes no cotidiano.

### 1.1 Acessibilidade

O termo acessibilidade diz respeito a todo recurso que permite à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida estar inserida em espaços e desenvolver suas relações sociais de forma autônoma e segura (LAQUALE, 2017). De acordo com documentos oficiais, acessibilidade é definida como:

Acessibilidade: **possibilidade** e **condição** de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, grifo do autor).

É possível deparar-se com diferentes tipos de acessibilidade que podem ser determinadas a partir das individualidades de cada uma das pessoas presentes em um ambiente. Na formação docente é fundamental que o professor amplie sua capacidade de ensino, de modo que sua docência proporcione ao estudante com deficiência uma aprendizagem significativa e dinâmica, com autonomia e acessibilidade (SELAU; DAMIANI; COSTAS, 2017).

O “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *In Loco* Para as Instituições de Educação Superior Com Enfoque em Acessibilidade” (INEP,

2016), prevê oito dimensões de acessibilidade, sendo elas: atitudinal, arquitetônica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações, digital e metodológica, apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1.** Dimensões da acessibilidade.

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE	DESCRIÇÃO
ATITUDINAL	Eliminação de estigmas e preconceitos em tudo que se refere à percepção do outro.
ARQUITETÔNICA	Eliminação de barreiras físicas nos espaços e em equipamentos urbanos.
METODOLÓGICA	Eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. (Remoção de barreiras pedagógicas)
PROGRAMÁTICA	Eliminação das barreiras que estão presentes nas políticas públicas.
INSTRUMENTAL	Eliminação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação.
NOS TRANSPORTES	Eliminação das barreiras em veículos e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte.
NAS COMUNICAÇÕES	Eliminação das barreiras na comunicação interpessoal.
DIGITAL	Eliminação das barreiras de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

**Fonte:** Elaboração própria baseado nos dados do INEP (2016, p. 23).

O referido documento afirma que o eixo da acessibilidade atitudinal perpassa todos os outros, pois:

Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras (INEP, 2016, p. 22).

A acessibilidade atitudinal diz respeito ao modo com o qual a sociedade irá olhar para o outro indivíduo. Essas concepções pré-definidas acabam se tornando mais uma barreira existente no cotidiano das pessoas que apresentam qualquer característica que fuja do que é considerado ideal, sendo visto como uma espécie menos desejável, “assim, deixamos de considerá-lo criatura

comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p. 06).

O autor afirma que “nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo” (GOFFMAN, 1988, p. 06). A partir disso, é notável a necessidade de que a inclusão aconteça em todos os âmbitos da sociedade, para que os indivíduos transformem esses pensamentos que se mostram presentes em posturas capacitistas. De acordo com Vendramin (2019), são comportamentos capazes de diminuir os direitos das pessoas com deficiência e até mesmo, o direito à vida, tanto de maneira conceitual/estética, quanto na realização de uma tarefa específica, não as considerando como pessoas saudáveis ou capazes. Esses comportamentos muitas vezes são identificados também na postura adotada pelo corpo docente das instituições, revelando a necessidade de investimentos em programas de formação continuada (SELAU; DAMIANI; COSTAS, 2017) (MACHADO, 2014) (GESSER; NUERNBERG, 2017)

A formação docente de professores universitários impacta diretamente na formação de pessoas com baixa visão na comunidade acadêmica, pois ele é o responsável por mediar e promover adaptações no processo de ensino-aprendizagem. No caso de pessoas com baixa visão, é possível citar alguns exemplos das estratégias que podem ser utilizadas: textos ampliados, leitores de tela, o uso de *softwares* que podem auxiliar na acessibilidade, além de recursos que podem ser pensados a partir das demandas desses educandos (SÁ; SILVA; CAMPOLINA, 2007).

É importante destacar que durante todo o processo de criação de estratégias deve-se levar em conta a opinião do estudante atendido, uma vez que ele é a pessoa mais indicada a dizer quais recursos o atendem melhor. Como é previsto no “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *In Loco* Para as Instituições de Educação Superior Com Enfoque em Acessibilidade” (INEP, 2016), quando indica que:

A promoção de acessibilidade por parte da IES para o público-alvo da educação especial (que podem ser estudantes, professores e/ou técnicos-administrativos) na educação superior requer a manifestação do sujeito para determinar o tipo de estratégia a ser empregada (INEP, 2016, p. 24).

Conseqüentemente, a formação de docentes universitários precisa ser ampliada, a fim de promover oportunidades para que sua prática pedagógica seja capaz de garantir o acesso dos estudantes e atender as demandas do contexto em que ele está inserido atualmente (TORRES; ALMEIDA, 2013). De acordo com David (2018), o docente universitário necessita estar atento ao momento histórico ao qual vivência, buscando estratégias que reflitam o momento em sua docência. Ainda, ele precisa se atentar “à necessidade de uma educação transformadora, às exigências institucionais ou sociais [...] devendo refletir sobre qual é o seu papel e sua função, os limites e possibilidades de uma atuação transformadora” (2018, p. 210), que irá resultar no processo de formação e construção constante de sua prática docente.

Cunha e Zanchet (2010) afirmam que os professores contam apenas com sua bagagem e experiência ao construir e desenvolver sua docência junto aos estudantes, uma vez que há uma lacuna em suas formações iniciais. Os autores também indicam que os docentes aprenderam ao longo de suas vidas “modelos e rotinas de ensino que se atualizam quando enfrentam situações de urgência onde tem que assumir o papel de professor sem que ninguém/nada o tenha preparado” (2010, p. 4).

Desta maneira, investir em ações que resultem na formação de qualidade desses docentes no campo universitário vem se tornando cada vez mais necessário. Essa situação é um dos eixos que movem o cenário da referida pesquisa, que pretende contribuir com o aprofundamento do tema, atingindo novos olhares para o assunto.

## **1.2 A produção e/ou adaptação de recursos pedagógicos para estudantes com baixa visão**

Diante das atividades em que estudantes dependem da visão, são usados como recurso alguns suportes tecnológicos fundamentais, pois favorecem um acompanhamento adequado durante as atividades acadêmicas, dentro e fora da sala de aula. Além desses recursos tecnológicos, existem ações que podem favorecer a inclusão e a permanência qualificada de estudantes com baixa visão na Educação superior brasileira, sendo extremamente importante o apoio do

docente presente em sala de aula aos estudantes que apresentem necessidade de utilização de algum recurso (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

Zulian e Freitas (2001) afirmam que não é possível idealizar a educação enquanto direito sem que se pense na formação do docente e nas práticas educativas voltadas ao uso das novas tecnologias, já que o acesso de estudantes com baixa visão em sala de aula aborda a realidade do momento. É preciso que o docente busque recursos capazes de beneficiarem e atenderem as reais necessidades desses estudantes e que, além disso, compreendam a importância dessas ferramentas durante o processo de aprendizagem.

As concepções pedagógicas têm passado por mudanças a partir da inserção de novas tecnologias, que podem afetar a formação dos docentes e sua forma de atuação. Por isso, é possível considerar que a formação docente deve ser construída de forma contínua, se adaptando às necessidades observadas em sala de aula e se moldando aos novos desafios (MODELSKI; GIRAFFA; CASARTELLI, 2019).

Para Manzini e Santos (2002), a educação inclusiva não acontece apenas no aspecto didático-pedagógico, ela é, também, socioafetiva. O docente precisa proporcionar oportunidades para que o estudante se sinta acolhido e a partir disso, não veja diversidade como um obstáculo, mas, como um estímulo para a formação da consciência de todos que estejam envolvidos no processo socioeducacional e afetivo.

Nesta direção, o movimento de luta por direito à escolarização e, em específico, pelo acesso e a permanência de estudantes com deficiência à educação superior brasileira, tem sido colocado em pauta na atualidade. Dentre os desafios presentes nesse processo, destacamos aqui a temática das dimensões de acessibilidade na formação de estudantes com baixa visão na Educação Superior brasileira (DÍAZ *et al.*, 2009).

Ante o exposto, esta pesquisa questiona o que estudos acadêmicos indicam sobre as dimensões de acessibilidade no processo de formação acadêmica de estudantes com baixa visão na Educação Superior brasileira.

### **1.3 OBJETIVOS**

Objetivo geral: investigar as dimensões de acessibilidade apresentadas nas pesquisas científicas e indicar quais possibilitam o acesso à formação acadêmica de estudantes com baixa visão na educação superior brasileira.

Objetivos específicos: a) Investigar estudos que tratam das dimensões de acessibilidade para pessoas com baixa visão; b) Caracterizar quais dimensões estão presentes na formação de estudantes com baixa visão na Educação Superior brasileira; c) Indicar quais dessas dimensões contribuem para a permanência desses estudantes na educação superior.

## 2 MÉTODO

A pesquisa se dá a partir de uma revisão sistemática de literatura, que é definida por Fernández-Ríos e Buela-Casal (2009) como um método que possibilita elevar o potencial de determinada busca para que, assim, seja capaz de encontrar o maior número possível de resultados. O resultado não acontece apenas com o fator cronológico ou descritivo, ele se apresenta de modo reflexivo e crítico a respeito do material analisado.

Para Sampaio e Mancini (2007, p. 85), “uma procura eficaz envolve não só uma estratégia que inclua termos adequados, mas também a escolha de base de dados que insiram mais especificamente o tema”. Neste sentido, para a pesquisa foram escolhidas duas bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Estas foram escolhidas por disponibilizarem produções científicas de forma gratuita, sendo acessadas a partir de autenticação da universidade a qual a autora desta pesquisa está vinculada (UFSCar), possibilitando a busca mais abrangente de artigos que possam ser incluídos ou excluídos na revisão sistemática de literatura, uma vez que este tipo de acesso permite encontrar trabalhos disponíveis em bases pagas, contudo gratuitamente a partir do *login* da universidade.

Os critérios de inclusão definidos são: trabalhos relacionados ao tema; trabalhos em língua portuguesa; trabalhos realizados em território nacional; trabalhos disponíveis na internet; trabalhos avaliados por pares. Os critérios de exclusão são: trabalhos relacionados a outro tema; trabalhos não disponíveis na íntegra; trabalhos não avaliados por pares; trabalhos em outra língua. O trabalho não empregou restrição temporal.

De acordo com Brandrau; Monteiro; Braile (2015), as palavras-chave não obedecem a nenhuma estrutura, são aleatórias e retiradas de textos de linguagem livre. Já os descritores, “são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo” (BRANDRAU; MONTEIRO; BRAILE, 2005 p.18), contudo, este trabalho optou em utilizar palavras-chave por não estarem inclusas no *Thesaurus*.

Levando em consideração a importância da definição das palavras-chave dentro de uma pesquisa e de como isso pode influenciar nos resultados durante

as buscas (KOLLER; HOHENDORFF, 2014), a partir de leituras e de uma breve análise sobre a literatura relacionada à temática, definiu-se a string com as seguintes palavras-chave: acessibilidade; educação superior; baixa visão e deficiência visual.

As buscas ocorreram em duas etapas de modo a combinar as palavras-chave, foi adotado o operador booleano *AND*, o qual é usado como conector para realizar a ligação dos termos de busca definidos a partir da pergunta de pesquisa, criando a estratégia utilizada para as buscas (LATORRACA *et al.*, 2019). Esses operadores são utilizados de acordo com o objetivo das buscas, conforme é exposto no Quadro 2.

**Quadro 2.** Operadores booleanos e suas situações de uso.

Operador	Situação de uso
<i>OR</i>	Para ampliar o número de referências recuperadas.
<i>AND</i>	Para termos que precisam estar presentes ao mesmo tempo em um artigo.
<i>NOT</i>	Para excluir um termo.

**Fonte:** Elaboração própria baseado nos dados do estudo de Latorraca *et al.* (2019).

A partir disso, a pesquisa foi realizada tendo duas strings: (i) acessibilidade *AND* educação superior *AND* baixa visão; (ii) acessibilidade *AND* educação superior *AND* deficiência visual. A fim de atender o objetivo geral, a busca foi realizada a partir das strings definidas.

Os trabalhos foram lidos e selecionados no primeiro momento a partir do título, depois foram realizadas leituras dos resumos e após isso foi realizada a leitura na íntegra dos trabalhos selecionados para inclusão na revisão, seguindo a recomendação PRISMA (GALVÃO *et al.*, 2015). O protocolo seguiu o *checklist* PRISMA e foi aplicado na ferramenta de extração de dados START, que tem como função organizar e extrair os dados (GASTALDI, 2016), para tanto os trabalhos foram exportados em formato BibTex, pois permite que os arquivos das bases de dados sejam mantidos em formato específico mantendo todas as referências bibliográficas (PRATI, BARANAUSKAS; MONARD, 1999), e incluídos na START.

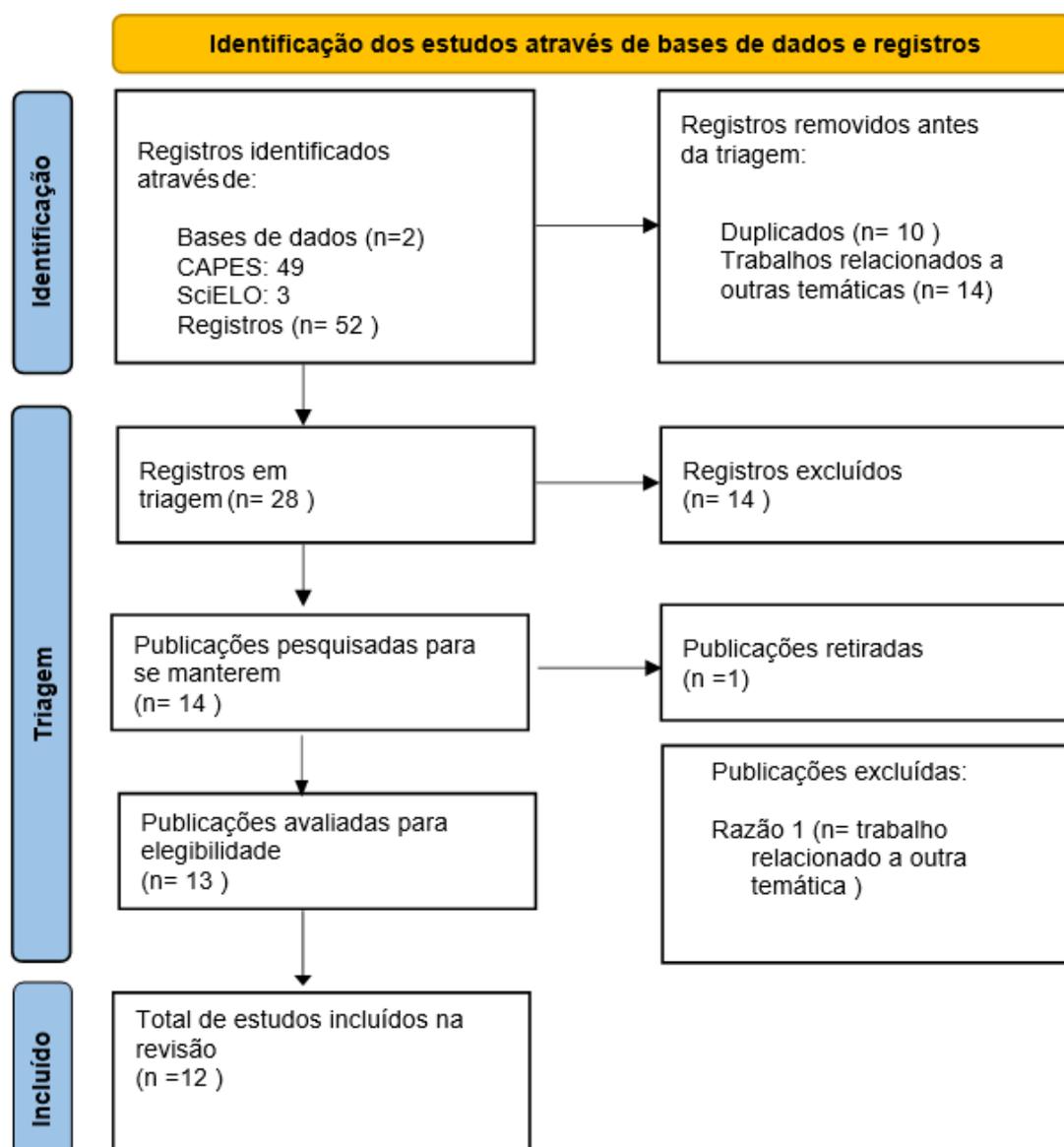
### 3 RESULTADOS

A partir das buscas realizadas nas bases de dados eletrônicas utilizando as palavras-chave: acessibilidade *AND* educação superior *AND* baixa visão, os resultados obtidos foram: a) CAPES = seis estudos e b) *SciELO*= zero estudos. Ao realizar novas buscas utilizando as seguintes palavras-chave: acessibilidade *AND* educação superior *AND* deficiência visual, os resultados obtidos foram: a) CAPES= 43 estudos e b) *SciELO*= três estudos. Ao todo foram localizados 49 estudos na CAPES e três na *SciELO*, totalizando 52 estudos.

Durante a etapa de pré-seleção foram analisados os títulos dos 52 estudos localizados nas bases de dados, destes foram excluídos, a partir da leitura do título, 24, pois eles não atendiam aos critérios de seleção da presente pesquisa. Durante a leitura dos resumos dos 28 estudos restantes, foram descartados 14. As exclusões ocorreram por conta de diversos fatores, entre eles: artigos relacionados a outra temática, artigos em duplicata, trabalhos não encontrados na íntegra e estudos que não estavam relacionados a dimensões de acessibilidade na educação superior.

Em seguida, foi realizada a leitura na íntegra de 14 estudos, a partir destes, foram excluídos dois, sendo que: um não estava disponível na *internet* para a realização da leitura na íntegra e um estava relacionado a outra temática que analisava a acessibilidade presente em um portal de acesso. É possível verificar essas etapas na Figura 1.

**Figura 1.** Etapas de seleção de estudos para inclusão na Revisão Sistemática.



**Fonte:** Elaboração própria de acordo com dados da pesquisa, baseado na declaração PRISMA (2023).

Dos 14 estudos selecionados para realização da leitura na íntegra, 12 foram incluídos na análise desta pesquisa para comporem a Revisão Sistemática, tal número indica que há uma necessidade de que o tema seja mais estudado. Diante dos trabalhos indicados na Figura 1, foi foram realizadas a análise e síntese dos dados. Foram construídos quadros sequenciados com as informações retiradas dos estudos, de acordo com a ordem cronológica dos mesmos, indicados no Quadro 3 a fim de facilitar a etapa de extração e visualização dos dados.

**Quadro 3.** Identificação e análise dos estudos incluídos na Revisão.

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Discussões</b>
2014	MACHADO, E. V.	Inclusão no ensino superior — uma experiência exitosa	Pesquisa bibliográfica e estudo de caso	Apresentar estudo de uma experiência exitosa de inclusão no Ensino Superior e considerações sobre políticas públicas de inclusão no que se diz respeito à acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência visual no Ensino Superior.	Aponta a importância de que aconteça o envolvimento de todas as pessoas que compõem o ambiente universitário para que seja possível, de fato, que a inclusão dos alunos com deficiência visual aconteça de maneira efetiva.
2016	ALEXANDRINO, E. G. <i>et al.</i>	Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência.	Relato de experiência de caráter descritivo-exploratório.	Investigar as dificuldades que uma ex-aluna, portadora de deficiência visual grave vivenciou durante a graduação em uma instituição de ensino superior pública.	Aponta diferentes dificuldades que um aluno com deficiência visual pode encontrar durante o processo educacional em uma instituição de ensino superior.
2017	GESSER, M., NUERNBERG, A. H.	A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência	Debate teórico	Propor fundamentos teórico-metodológicos voltados à inclusão de pessoas com deficiência física e visual no ensino superior.	Aponta que embora os dados mostrem que o número de pessoas com algum tipo de deficiência no ensino comum esteja aumentando, são poucas as que tem acesso ao ensino superior e que mesmo quando conseguem garantir esse acesso, elas enfrentam dificuldades em diferentes aspectos durante o processo dificultando a sua permanência nesse ambiente.

Continua...

**Quadro 4. Identificação e análise dos estudos...**

Continuação.

2017	SIEMS-MARCONDES, M. E. R.	Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade	História oral	Identificar as estratégias construídas pelos estudantes no enfrentamento e transposição das barreiras de acesso ao conhecimento ao longo da trajetória escolar na educação básica, por uma estudante universitária com deficiência visual.	Aborda a importância das relações humanas durante o processo de inclusão e de como isso pode afetar positiva ou negativamente no processo educacional desses estudantes.
2018	LIMA JÚNIOR, G. C.	A inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior: Design de Moda e o Método SEE BEYOND	Revisão bibliográfica	Apresentar o Método SEE BEYOND a partir de uma abordagem em que é tratada a Inclusão da pessoa com deficiência visual nos bacharelados de Design de Moda.	Traz reflexões acerca do curso de Design de Moda, foi possível identificar a necessidade do desenvolvimento de um método capaz de promover a acessibilidade de estudantes à educação, na referida área, incluindo o desenvolvimento de material didático-pedagógico acessível, como integrante do método desenvolvido e apresentado no estudo
2018	BERNARDI, L. <i>et al.</i>	AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	Artigo de reflexão	Discorrer sobre a importância das pessoas com deficiência visual no ensino superior e as diferentes ferramentas que podem ser implantadas nestas instituições com o objetivo de ampliar a acessibilidade a estes locais.	Aponta que um estudante da deficiência visual precisa de suporte para que possa percorrer pelas etapas que compõem o processo de ingresso nas IES. O artigo segue citando alguns problemas que percorrem o processo de inclusão dentro das instituições de ensino superior.

Continua...

**Quadro 5. Identificação e análise dos estudos...**

Continuação.

2019	DE ABREU ARAÚJO, J. D. <i>et al.</i>	(In)acessibilidade arquitetônica e suas implicações para a permanência da pessoa com deficiência visual no ensino superior.	Estudo descritivo	Investigar a (in)acessibilidade arquitetônica para a pessoa com deficiência visual nos espaços de um campus universitário multi-institucional que sedia duas IES públicas estaduais no mesmo espaço localizado no município de Iguatu-CE, bem como verificar se a disposição dos equipamentos arquitetônicos do campus está ou não em consonância com o que estabelece a norma brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Aponta que tanto as instancias públicas quanto a sociedade no geral alimenta o descaso com a acessibilidade e com as políticas públicas de inclusão, reafirmando a ideia de que o ensino superior se apresenta de maneira elitista, normativo e excludente.
2020	GUEDES, L. C.	Luta por Dignidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Público Superior: uma Experiência de Construção de Acessibilidades pelo viés da Gestão Inclusiva no Nordeste Brasileiro.	Pesquisa exploratória	Refletir sobre a importância da gestão universitária para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, considerando uma experiência real, vivenciada em uma universidade pública do nordeste brasileiro a partir da matrícula de uma estudante com deficiência visual (cegueira congênita) no curso de Pedagogia Licenciatura.	O artigo trata de algumas categorias e subcategorias onde são organizadas sugestões e propostas de intervenções para serem consideradas no processo educacional de alunos com deficiência visual.
2021	MALHEIRO, L. A. C	Acessibilidade no Moodle: contribuições para inclusão dos estudantes com deficiência visual no ensino superior.	-Levantamento de pesquisas; -Estudo exploratório e descritivo e	Avaliar o ambiente virtual de aprendizagem Moodle com o intuito de identificar os problemas de funcionalidade enfrentados pelas pessoas com deficiência visual e adequá-lo diante dos requisitos de acessibilidade.	Aumento de matrículas de pessoas com deficiência nos cursos superiores oferecidos na modalidade EAD e nos desafios que essa nova realidade traz para as instituições de ensino que oferecem esses cursos à distância para garantir a acessibilidade para que essas pessoas possam realizar o curso superior.

Continua...

**Quadro 6. Identificação e análise dos estudos...**

Continuação.

2021	SILVA, J. C., PIMENTEL, A. M.	Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior	Revisão integrativa	Analisar a produção científica sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência visual, especificamente no que diz respeito à permanência em instituições de ensino superior.	O artigo aborda que a permanência de estudantes da deficiência dentro das instituições de ensino está atrelada a criações de medidas voltadas tanto para questões arquitetônicas quanto para questões didáticas, a fim de garantir o direito de acesso e da socialização dessas pessoas
2022	GUEDES, D., ALMEIDA, P. M. A.	Acessibilidade no ensino superior na modalidade remota para deficientes visuais: comparação entre Brasil e Portugal.	Análise comparativa de pesquisa bibliográfica	Discutir a acessibilidade no ensino remoto, devido à pandemia decorrente da Covid-19, de estudantes do ensino superior com deficiência visual, numa análise comparativa entre Brasil e Portugal, através de estudo de caso, apresentando as facilidades e dificuldades encontradas por essa demanda e a possibilidade e necessidades de mediação a ser exercida entre docente e discente e o uso de ferramentas de tecnologia assistiva	Identificar que a modalidade remota de ensino apresenta a necessidade de adequar-se às necessidades dos alunos com deficiência visual, precisando inclusive, providenciar recursos adequados para a devida inclusão e o preparo para o uso dos recursos da tecnologia assistiva através das ferramentas utilizadas
2022	SALES, I. H.; TORRES, J. P.	Inclusão de estudantes com deficiência visual em uma Universidade Federal Mineira	Abordagem qualitativa	Descrever e analisar desafios vivenciados durante o percurso acadêmico de estudantes com deficiência visual matriculados em uma universidade federal, localizada no estado de Minas Gerais.	Apresenta a percepção de estudantes com deficiência visual acerca dos desafios enfrentados por eles dentro da instituição de ensino superior, levando em conta que embora possuam a mesma deficiência eles podem apresentar percepções diferentes a partir do modo com o qual percebem e interagem com o ambiente, reafirmando que uma deficiência não define uma pessoa, cada um apresenta suas particularidades.

**Fonte:** Elaboração própria de acordo com dados da pesquisa (2023).

Concluído.

O Quadro 3 apresenta informações referente aos estudos incluídos na revisão, os quais foram analisados a partir do ano, título, natureza, objetivos e discussões. A partir dos dados coletados foi possível identificar que o estudo mais antigo foi publicado no ano de 2014, dois anos após a publicação da Lei de Cotas no Brasil (2012). Apenas dois anos depois (2016) foi publicado um novo estudo e a partir disso o intervalo entre as pesquisas foram menores, tendo uma maior concentração nos anos de 2017, 2018, 2021 e 2022, que apresentam duas publicações cada. Diante disso, é evidente a escassez de pesquisas que abordam o assunto trabalhado neste estudo, nas bases de dados escolhidas para a realização das buscas.

As informações contidas no Quadro 3 foram sintetizadas com base na tabulação dos dados (Apêndice 1). Logo após, são apresentadas as análises e discussões de acordo com os resultados obtidos com a pesquisa e incluídos nesta revisão sistemática, que trata das dimensões de acessibilidade presentes na formação acadêmica de estudantes com baixa visão na Educação Superior brasileira.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Foi possível identificar, a partir das análises dos estudos incluídos na Revisão Sistemática, que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual durante a sua formação acadêmica perpassam, principalmente, por dois eixos, sendo eles: (i) Acessibilidade em suas diferentes dimensões e (ii) Formação docente. Neste sentido, as discussões dos eixos temáticos são realizadas aportadas no referencial bibliográfico utilizado para a escrita deste trabalho, bem como na literatura da área.

### 4.1 Acessibilidade em suas diferentes dimensões

A acessibilidade comunicacional foi encontrada em 10 dos 12 artigos selecionados para esta pesquisa, sendo a barreira mais citada por estudantes com baixa visão na educação superior brasileira: Machado (2014); Alexandrino *et al.* (2016); Gesser e Nuernberg (2017); Siems-Marcondes (2017); Araújo *et al.* (2018); Bernardi *et al.* (2018); Lima Júnior, (2018); Guedes e Almeida (2021); Silva e Pimentel (2021); Sales e Torres (2022).

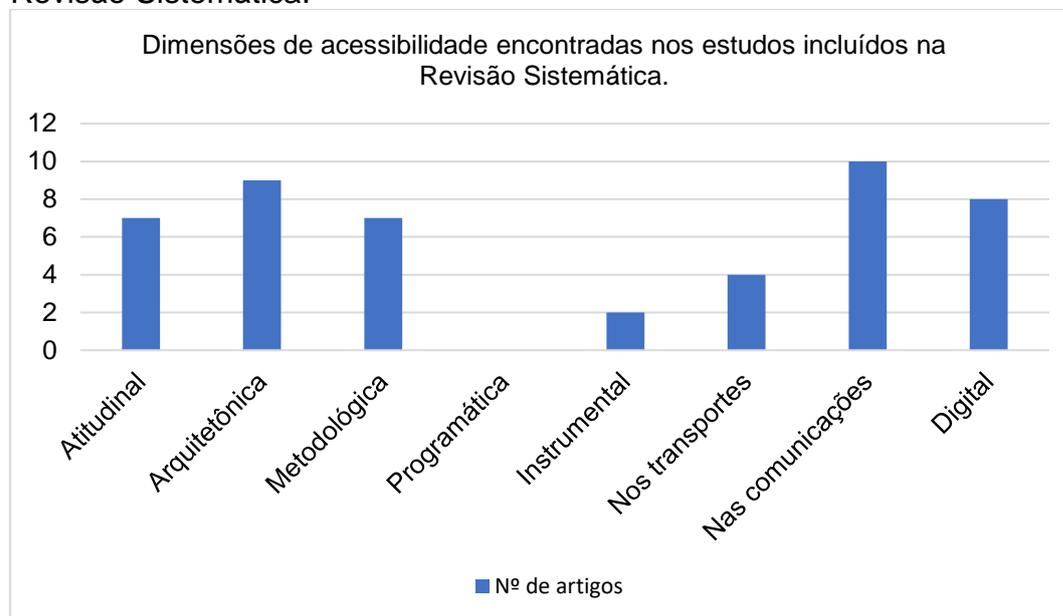
A arquitetônica foi encontrada em nove estudos: Gesser e Nuernberg (2017); Siems-Marcondes (2017); Araújo *et al.* (2018); Bernardi *et al.* (2018); Lima Júnior (2018); Guedes (2020); Guedes e Almeida, (2021); Silva e Pimentel (2021); Sales e Torres (2022). A metodológica foi citada em sete estudos: Bernardi *et al.* (2018); Lima Júnior (2018); Guedes (2020); Guedes e Almeida (2021); Silva e Pimentel (2021); Sales e Torres (2022).

A Atitudinal foi citada em sete dos 12 artigos analisados: Gesser e Nuernberg (2017); Araújo *et al.* (2018); Bernardi *et al.* (2018); Lima Júnior (2018); Guedes (2020); Silva e Pimentel (2021); Sales e Torres (2022). As dimensões de acessibilidade nos transportes foram citadas em quatro artigos: Gesser e Nuernberg (2017); Araújo *et al.* (2018); Bernardi *et al.* (2018); Guedes (2020).

A digital foi citada em oito artigos: Machado (2014); Alexandrino *et al.* (2016); Siems-Marcondes (2017); Araújo *et al.* (2018); Guedes (2020); Guedes e Almeida (2021); Malheiro (2021); Silva e Pimentel (2021). Já a instrumental em dois: Gesser e Nuernberg (2017); Silva e Pimentel (2021). A programática não

foi referenciada em nenhum dos estudos incluídos nesta revisão, como é indicado no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Dimensões de acessibilidade encontradas nos estudos incluídos na Revisão Sistemática.



**Fonte:** Elaboração própria de acordo com dados da pesquisa (2023).

A acessibilidade nas comunicações elimina as barreiras nas comunicações interpessoais, proporcionando o direito de autonomia e independência dos estudantes que estão nas instituições de ensino superior, ela faz parte das oito dimensões previstas no “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *In Loco* Para as Instituições de Educação Superior Com Enfoque em Acessibilidade” (INEP, 2016).

A acessibilidade é traçada como formas de possibilidades, dessa maneira, quando uma das dimensões existentes dentro desse campo deixa de estar presente em estudos da área é possível que haja barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no referido campo e que diante disso, esteja passando despercebido, sem que haja a criação de estratégias para a resolução de tal problema. Diante disso, surge a importância de um trabalho em conjunto.

O estudo de Machado (2014) aponta, a partir do relato de experiência trazido no artigo, que as pessoas envolvidas tinham, além das políticas públicas, a certeza de que sozinhos não poderiam garantir o acesso e a permanência desses estudantes, era preciso que houvesse o envolvimento de todas as

peças que compõem a instituição para que as práticas inclusivas não acontecessem de modo isolado e abrangessem todos os ambientes pertencentes à universidade. O autor afirma que existe a:

[...] necessidade de uma atitude interdisciplinar, de uma prática do ouvir e de respeitar o conhecimento do outro e de se construir um trabalho coletivo, com objetivo comum de possibilitar o acesso da pessoa com deficiência visual na Universidade, partindo do princípio da equidade (MACHADO, 2014, p. 126-127).

Acontece que nem sempre esse trabalho colaborativo é possível, uma vez que há uma necessidade em que a sociedade se adapte e desconstrua preconceitos a respeito das necessidades das pessoas com deficiência, permitindo que se torne um espaço igualitário, com respeito e aceitação sobre as diferenças existentes nos ambientes em que frequentam. Quando isso não acontece tem como resultado a exclusão dos alunos com deficiência que são considerados como minorias dentro das instituições de ensino (DÍAZ *et al.*, 2009).

Tudo isso resulta em como as práticas de ensino para os estudantes com deficiência visual vão se desenvolver, levando em conta que “cada necessidade é única e, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção” (MANZINI; SANTOS, 2002, p. 06). É muito importante que se leve em conta que todo o processo educacional se envolve também com práticas socioafetivas através de boas relações com os envolvidos.

A falta de comunicação entre os docentes e funcionários da universidade para a resolução dos problemas e a falta de compreensão e medidas da gestão para melhorar o atendimento à aluna, são citados como barreiras encontradas no relato de experiência sobre o acesso de estudantes com deficiência visual nas instituições de educação superior, na pesquisa de Alexandrino *et al.* (2016).

No estudo de Sales e Torres (2022), as barreiras encontradas por estudantes com deficiência visual podem ser identificadas também nas relações desses estudantes com seus colegas de classe e com os professores, que de acordo com Sales e Torres (2022) pode influenciar na permanência ou impermanência desse alunado nas instituições de educação superior. Que vai ao encontro do estudo de Selau e Damiani (2017) que evidenciaram a dificuldade de permanência destes alunos no ensino superior em decorrência da maneira

discriminatória com que o aluno com deficiência visual é visto e tratado por professores e colegas.

As barreiras arquitetônicas se apresentam com grande frequência no dia a dia dos estudantes com baixa visão. Na pesquisa de Alexandrino *et al.* (2016, p. 05) é identificado a falta de acessibilidade e espaços adequados no prédio da instituição e que “observa-se no relato da participante que o cumprimento dos aspectos de acessibilidade significou apenas admissão da aluna com deficiência visual através de vestibular na instituição”, sem que as adequações dos espaços fossem realizadas para que possibilitassem o acesso da aluna nos ambientes da universidade. Nos estudos de Selau e Damiani (2017) essa dimensão também é classificada como uma das barreiras encontradas por alunos com deficiência visual na educação superior.

Os estudos de Bernardi *et al.* (2018) e Guedes (2020) também apontam barreiras arquitetônicas presentes no processo educacional dos estudantes com deficiência visual. Araújo *et al.* (2018), apresentam que a instituição tratada na pesquisa, mesmo sendo inaugurada recentemente (2015), não conta com nenhuma acessibilidade arquitetônica. O que faz com que haja um conflito com o que está previsto na legislação, que visa garantir o acesso e permanência do estudante com deficiência visual dentro das instituições de ensino (ARAÚJO *et al.*, 2018).

Outra área da acessibilidade que apresenta barreiras consideráveis no processo educacional na educação superior para pessoas com baixa visão diz respeito à acessibilidade metodológica, como é possível observar no relato de experiência exposto no estudo de Alexandrino *et al.* (2016):

*Como os problemas mais graves com a universidade haviam sido solucionados, acreditei que poderia prosseguir meu curso com tranquilidade, mas não foi isso o que aconteceu, pois eu raramente recebia os conteúdos das aulas com antecedência. [...] muitas vezes cheguei a recebê-los dias depois da avaliação ter sido ministrada. Os professores acusavam o responsável por produzir o material, o responsável acusava os professores. E como se toda esta situação não fosse ruim, ainda havia professores que nunca se lembravam das minhas avaliações e não adaptavam os trabalhos (ALEXANDRINO *et al.*, 2016, p. 05, grifo do autor).*

A partir disso fica nítido o descaso com o qual estudantes com baixa visão são vistos durante o seu processo de formação acadêmica, sendo tratados como

invisíveis dentro da sala de aula, isso não aconteceria se os docentes e colegas de classe conhecessem, de fato, o aluno com deficiência que compartilha o mesmo ambiente que eles, que de acordo com Goffman (1988), esse conhecimento vai depender da sua visibilidade corrente e de que elas conheçam previamente o indivíduo que está sendo estigmatizado.

É possível que essas situações ocorram como resultado de práticas capacitistas, uma vez que “o capacitismo se caracteriza por atitudes intencionais ou não, subliminares e internalizadas, que estão embutidas na sociedade” (VENDRAMIN, 2019, p.20) e que podem estar refletidas nas práticas que compõem a acessibilidade metodológica.

Esse aspecto também está presente nos estudos de Lima Júnior (2018), que aborda a necessidade do desenvolvimento de material didático-pedagógico acessível, recursos e equipamentos adaptados, como os fatores que implicam na qualidade do ensino-aprendizagem oferecidos a esses estudantes. Sobre o curso analisado no estudo, o autor cita a ausência da tecnologia assistiva e de material didático acessível, que também é citado nos estudos de Bernardi *et al.* (2018) e Guedes (2020), os quais apontam, respectivamente, a inadequação dos materiais/equipamentos fornecidos, a falta de materiais bibliográficos e recursos instrucionais, como barreiras encontradas por estudantes com baixa visão durante a formação acadêmica.

A invisibilidade dessas pessoas se apresenta de forma contínua durante seu acesso à educação superior, fazendo com que haja negligenciamento no seu processo de formação, conforme é apontado por Vendramin (2019, p.19) quando traz que “a invisibilidade opera como um desvio do olhar, diminuição ou negligenciamento da presença do “outro desviante”, ao qual não se sabe lidar ou causa desconforto”. Bem *et al.* (2013) afirmam a:

[...] importância das instituições de ensino superior (IES) disporem de um serviço de conversão dos materiais bibliográficos impressos em formatos acessíveis, como txt, doc, áudio ou mesmo em braille, para que o estudante tenha, no mesmo momento que seus colegas que enxergam, os textos e livros recomendados pelos professores e que são necessários às atividades acadêmicas (BEM *et al.*, 2013, p. 69).

Dessa forma, presume-se que os estudantes que precisam de material didático adaptado acabam tendo acesso aos conteúdos ministrados em sala de

aula de forma tardia, o que pode acabar refletindo de forma negativa no seu processo de aprendizagem e autonomia dentro dos espaços acadêmicos. Neste sentido, pode-se compreender tal atraso na concessão de materiais adaptados ou acessíveis como uma forma de capacitismo (VENDRAMINI, 2019). A qual tira a autonomia do estudante afetado, que vem a precisar do apoio de colegas ou família para realizar as atividades acadêmicas, conforme é abordado também no estudo de Bernardi *et al* (2018) o qual aponta que a falta de materiais bibliográficos impressos torna o estudante com baixa visão dependente dos colegas para a realização das leituras.

Sobre a acessibilidade digital, é possível encontrá-la em ambientes virtuais disponibilizados para os estudantes dentro da educação superior. As barreiras podem ser encontradas desde o acesso de determinado conteúdo de forma digital, até o acesso dos estudantes a algum portal da referida instituição, como indica o estudo de Malheiro (2021). O autor indica em sua pesquisa questões presentes na acessibilidade da plataforma *Moodle*, de uma instituição de educação superior, pensando em estudantes com baixa visão e que façam o uso desse portal.

O autor aponta que é comum que esses estudantes precisem de leitores de tela, *softwares* ampliadores de tela, recursos para a ampliação de caracteres e sistemas de alto-contraste, para que assim, possam ter o acesso aos conteúdos disponibilizados de forma digital garantido. Dessa maneira, o autor defende que:

[...] é preciso disponibilizar os tutoriais dos comandos do leitor de tela, visando facilitar a navegação dos estudantes com cegueira. Da mesma forma, as orientações para acessar o botão de acessibilidade para ativar o alto contraste e a ampliação da tela precisam fazer parte deste tutorial (MALHEIRO, 2021, p. 151).

Dessa forma, destaca-se que a inclusão educacional vai além da garantia dos direitos desses alunos, deve ser considerado também a oferta de orientações sobre o uso dos materiais disponíveis para que possam de fato serem utilizados e não apenas disponibilizados (MALHEIRO, 2021). As tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm se tornado elementos considerados indispensáveis no processo de inclusão educacional, pois a partir delas são ofertados ao estudante acesso às informações, aos conteúdos

curriculares e organização diferenciada das atividades, para que, assim, as individualidades e características do estudante sejam atendidas (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

Os autores apontam ainda que “as TIC, por si só, não garantem a escolarização do aluno. Trata-se de um conjunto de ferramentas colocados à disposição do ensino que podem contribuir efetivamente na mediação significativa entre o aluno e o conhecimento”(GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p.19).

Levando em conta que o Documento orientador das comissões de avaliação in loco para as instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade (INEP 2016), afirma que a acessibilidade atitudinal atravessa todas as outras, ela é uma das barreiras encontradas pelas pessoas com baixa visão na sua formação acadêmica. Bernardi *et al.* (2018), caracteriza a atitude negativa de alguns indivíduos dentro das próprias instituições como um dos problemas que percorrem todo o processo de inclusão dentro das instituições de educação superior. No estudo de Araújo *et al.* (2018) também é apontado que:

[...] o que se percebe é que mesmo com a legislação e o debate sobre a inclusão da pessoa com deficiência tão presente na universidade e fora dela, ainda são encontradas com facilidade diversas barreiras atitudinais e arquitetônicas que em nada contribuem para o processo de inclusão das pessoas com deficiência. (ARAÚJO *et al.*, 2018, p. 8).

O cotidiano acadêmico de pessoas com baixa visão tem se mostrado repleto de barreiras capacitistas e padrões estigmatizados. Muitas vezes é pensado apenas na acessibilidade arquitetônica, pois a acessibilidade atitudinal depende de uma prática de autopercepção, conhecimento e análise (VENDRAMIN, 2019). O que vai de encontro com os estudos de Goffman (1988), que traz que além dos símbolos referentes ao prestígio e ao estigma é possível que se ache uma outra possibilidade, tanto real quanto ilusória, e que a partir disso é capaz de realizar a quebra uma imagem já criada, nesse caso, numa direção positiva desejada pelo próprio sujeito da ação.

Em relação a acessibilidade nos transportes, foi possível notar que elas apareceram nos estudos apenas sendo citadas dentro das legislações existentes a respeito da inclusão de pessoas com deficiência dentro das universidades

brasileiras. A respeito de estratégias utilizadas por essas instituições para garantir o transporte de estudantes com baixa visão dentro do campus não foi detectado nenhum movimento.

Seria de grande importância o levantamento dos dados que se referem a essa dimensão, para que seja possível a compreensão das situações e da realidade dos estudantes com baixa visão no que diz respeito a sua locomoção até a instituição de ensino. O mesmo aconteceu quanto a acessibilidade instrumental. Já a acessibilidade programática não foi citada em nenhum dos artigos aqui analisados, o que é um fator a se pensar, já que ela se remete as barreiras que cercam as políticas públicas, que visam aumentar o acesso da população brasileira no ensino superior através de programas, leis de ações afirmativas, programas de reestruturação das universidades federais brasileiras e entre outros (CABRAL; ORLANDO; MELETTI (2020).

Ainda a respeito desse eixo, o estudo de Siems-Marcondes (2017), destaca a importância das relações humanas durante o processo de inclusão e de como isso pode afetar positiva ou negativamente no processo educacional desses estudantes. Goffman (1988) defende que os contatos impessoais entre estranhos estão sujeitos as respostas estereotípicas, mas que conforme as pessoas vão se relacionando, a aproximação categórica acaba cedendo pouco a pouco, dando lugar a simpatia, compreensão e a avaliação das qualidades pessoais.

Em suma, um trabalho feito em conjunto com a comunidade da instituição de ensino, a disponibilidade de materiais pedagógicos, tecnológicos e a formação docente devem estar alinhados para que possam funcionar de maneira efetiva. É a partir disso que se dá a formação do eixo seguinte.

## **4.2 Formação docente**

De acordo com Cabral, Orlando e Meletti (2020), a representação de estudantes com deficiência é maior em universidades públicas, sendo duas vezes maior que em universidades privadas. Com o aumento de matrículas desses educandos na educação superior, entra em discussão a formação docente de professores desse nível de ensino, que precisam tornar suas aulas

acessíveis para todos os estudantes que estejam matriculados em sua turma, incluindo pessoas com baixa visão.

Durante as análises dos estudos selecionados neste trabalho, a formação continuada desses profissionais foi um fator predominante citado pelos autores, como sendo, possivelmente, um dos aspectos que colabora para a falta de acessibilidade presente nas instituições de educação superior, uma vez que “a ausência dessa formação pedagógica vem delegar um peso enorme a esses professores frente às interfaces do “que ensinar” “como ensinar” e a “quem ensinar” (DAVID, 2018).

Martins e Silva (2016) afirmam que os estudantes com baixa visão não precisam apenas de materiais e recursos físicos adaptados, essa adaptação deve estar presente também na postura do professor, que “deve ser de constante mudança frente à diversidade, a fim de incluir seu alunado com deficiência, garantindo a equidade entre os participantes da turma” (SILVA; PIMENTEL, 2021, p. 12). Isso vai de encontro com a pesquisa de Guedes e Almeida (2022), que afirma ser indispensável que:

[...] as instituições de ensino superior reconfigurem seus modos didáticos de forma a produzir meios acessíveis e inclusivos para os estudantes com deficiência visual, bem como realizar o devido preparo dos docentes para atender adequadamente a todos os alunos, proporcionando a evolução equitativa do aprendizado entre eles (GUEDES; ALMEIDA, 2022, p. 22).

Nesse contexto, é importante que essas demandas não sejam destinadas apenas como responsabilidades dos docentes, e sim, da instituição em um todo. Como é destacado por Silva e Pimentel (2021), quando defendem que:

[...] essas adaptações e inovações pedagógicas não devem recair apenas sobre a competência do docente, uma vez que uma política diretiva de inclusão reúne outros sujeitos envolvidos, como os técnicos administrativos e estudantes, assim como recursos financeiros, logística, condições das IES, entre outros aspectos (SILVA; PIMENTEL, 2021, p. 12).

É importante salientar que isso não deve ser utilizado como justificativa para a possível falta de acessibilidade metodológica presente em sala de aula. Uma vez que a acessibilidade precisa fazer parte do trabalho docente, ela deve estar presente como um dos critérios utilizados ao repassar um conteúdo, “o

professor não poderá se eximir da responsabilidade em planejar e ministrar suas aulas considerando as necessidades de todos seus estudantes, cabendo, assim, introduzir o critério de acessibilidade como parte de seu trabalho docente” (GESSER; NUERNBERG, 2017, p. 158).

A formação dos docentes que estão atuando nas instituições de educação superior é um assunto que vem sendo discutido na área da inclusão, que muitas vezes podem se apresentar de maneira negativa diante dos estudantes que precisem de uma metodologia utilizada em sala de aula, com maior acessibilidade que atendam suas especificidades e que relatam perceber um certo despreparo por parte desses professores (GESSER; NUERNBERG, 2017; SILVA; PIMENTEL, 2021). Na pesquisa realizada por Guedes e Almeida (2021), é identificado que:

[...] a qualificação docente para as novas tecnologias e atuação com a diversidade representou uma dimensão muito significativa a ser considerada, visto que, em muitos casos, esses docentes não foram preparados para atender diretamente o público-alvo da educação especial e nem a utilizar as ferramentas tecnológicas em uma perspectiva inclusiva (GUEDES; ALMEIDA, 2021, p. 14).

É a partir do uso dessas tecnologias que o estudante com deficiência terá sua autonomia garantida. Dessa forma, os educadores, gestores, licenciandos e pedagogos precisam se apropriarem das metodologias que farão parte desse processo, aprofundando suas habilidades, suas abordagens educacionais e identificando a partir disso as necessidades que emergem sua prática pedagógica (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012). A busca por recursos que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem deve fazer parte da prática docente, uma vez que, “ensinar é proporcionar ao aluno o conhecimento da existência e do manuseio do máximo de ferramentas possíveis e levá-lo a construir seu conhecimento” (DAVID, 2018, p. 201).

Alexandrino *et al.* (2016) destaca a falta de formação continuada de docentes universitários como uma das dificuldades enfrentadas por estudantes com baixa visão inseridos na educação superior. Um programa de formação continuada deve ter como objetivo o desenvolvimento de competências dos docentes para desenvolver diferentes papéis. Seguindo essa mesma direção, é importante que seja retomado a questão da diferença presente entre informação,

conhecimento e aprendizagem, para o planejamento e educação, especialmente em programas que tenham professores que lidem com a diversidade, com diferentes estilos de aprendizagem, alunos com necessidades educativas especiais e pessoas com deficiência (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

No estudo de caso apresentado na pesquisa de Machado (2014), é relatado que os professores da referida instituição contavam com a orientação de especialistas quando tinham dúvidas quanto ao que fazer em sala de aula e em suas práticas pedagógicas, para que desse modo, fossem evitadas práticas excludentes, que muitas vezes, ocorrem por falta de conhecimento resultante das novas experiências vivenciadas pelo corpo docente universitário, que vai de encontro com Torres e Almeida (2013), quando afirmam que a instituição de ensino superior, junto do corpo docente e administrativo não se prepararam para tais mudanças.

Mas, nem sempre esses estudantes encontram professores dispostos a mudarem suas práticas pedagógicas adotadas em sala de aula. No estudo de Bernardi *et al.* (2018) é destacado a dificuldade associada ao relacionamento de professores e alunos com deficiência visual na educação superior. Dessa forma, o processo de inclusão, que já conta com lacunas resultantes da falta da formação continuada por parte dos docentes, tem também a postura que é adotada por alguns professores como mais uma das barreiras a serem enfrentadas.

Para acompanhar as transformações presentes no meio acadêmico é preciso “uma visão ampla e crítica das novas formas de aquisição do conhecimento e das novas tecnologias da informação e comunicação, na obtenção de uma qualidade de educação e vida” (ZULIAN; FREITAS, 2001, p. 01). O que não é uma realidade fácil de ser encontrada frente a dificuldade em aceitar a diversidade presente na sociedade, reafirmando a ideia de que o ensino superior se apresenta de maneira elitista, normativo e excludente (ARAÚJO *et al.*, 2018).

Todos esses aspectos que cercam a formação docente de docentes universitários trazem resultados, em muitos casos negativos, que são apresentados como barreira para a permanência de estudantes com deficiência visual no ensino superior brasileiro. Essa fragilidade na formação reflete diretamente na sala de aula, pois os professores se sentem despreparados para

atuar dentro de uma perspectiva de inclusão quando se deparam com as demandas dos estudantes com deficiência (SALES; TORRES, 2022).

Ainda no estudo de Sales e Torres (2022), é destacado que:

o professor universitário torna-se apto a atuar no Ensino Superior, principalmente, após a conclusão de um curso de mestrado e doutorado, cujo enfoque está na realização da pesquisa científica, logo atributos didáticos e pedagógicos acabam ficando a cargo de uma formação que se constrói pela experiência ao longo dos anos na universidade. (SALES; TORRES, 2022, p. 13)

Conseqüentemente, é entendido que professores iniciantes não apresentarão práticas pedagógicas capazes de atender a todos os alunos presentes em sala de aula, pois “a preparação que tiveram não responde às exigências da docência e não foram para ela preparados.” (CUNHA; ZANCHET, 2010, p. 190)

Diante do exposto, pode se idealizar que o tempo e contexto irão ensinar o docente a ser professor, mas, é importante que seja entendido que essas habilidades surgem a partir de práticas realizadas cotidianamente, independente da condição que se é oferecida. A experiência em questão só é construída a partir da reflexão diária sobre a prática pedagógica que será desenvolvida, olhando para o contexto sociocultural, abrigando valores e conteúdo para a instituição de educação superior e ao trabalho docente. Além da vontade é preciso que exista ação (TORRES; ALMEIDA, 2013).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, foi possível considerar que o processo de inclusão de pessoas com baixa visão na educação superior brasileira conta com muitas iniciativas criadas a partir das políticas públicas. Porém, nem sempre se torna visível as ações para o desenvolvimento de estratégias e mudanças que possibilitem o acesso e permanência dessas pessoas no ambiente acadêmico, tanto por parte da instituição quanto do corpo docente, sem que haja a garantia e cumprimento da legislação, que tem como objetivo garantir o acesso desse público nas instituições de educação superior brasileiras.

As barreiras que permeiam esse processo se mostraram, em grande parte dos estudos aqui analisados, presentes nas diferentes dimensões de acessibilidade. Apesar delas se apresentarem em oito subcategorias, é nítido que para um ambiente tornar-se capaz de ser considerado inclusivo, elas precisam funcionar de forma com a qual estejam interligadas, a fim de que assim, uma complemente a outra, abrangendo todos os campos em que possa haver barreiras encontradas por pessoas com deficiência durante sua trajetória no processo de formação acadêmica. A acessibilidade deve estar presente de forma que possibilite melhores condições e ofereça oportunidades em que o direito de autonomia do estudante esteja garantido, tanto dentro de sala quanto em qualquer outro espaço que componha o ambiente universitário.

Ainda sobre as barreiras presentes no cotidiano de pessoas com deficiência visual, estão as dificuldades resultantes da falta de um programa que trate da formação continuada de docentes universitários. Isso acontece por falta de preparo de todos que estão envolvidos no meio acadêmico para que possam receber esse grupo de alunos, o que acaba os impossibilitando de terem acesso a uma educação de qualidade e a recursos que facilitem seu dia a dia durante a realização do curso superior. Dessa forma, apesar das políticas de inclusão proporcionarem o aumento de matrícula de estudante com deficiência visual, foram poucas as mudanças realizadas a fim de promover a inclusão total desses indivíduos, resultando em um número ainda menor dos educandos que conseguem concluir os cursos frequentados.

É possível relacionar muitas dessas barreiras ao olhar capacitista em que a sociedade, acadêmica ou não, ainda direciona a pessoas com deficiência

quando precisam dividir determinado ambiente. Os estigmas presentes nesse processo definem pessoas com deficiência visual em seres incapazes de ocuparem os mesmos espaços que pessoas que não apresentem deficiência visual ocupam. É a partir disso que a acessibilidade atitudinal permeia por todas as outras barreiras encontradas durante as pesquisas. Dessa forma, o processo de inclusão deve ser um objeto comum, contando com mudanças de diferentes setores, pertencentes da comunidade acadêmica.

Evidencia-se ainda, a importância de uma maior atenção voltada para o processo de inclusão de estudantes com baixa visão na educação superior brasileira, a fim de garantir que o acesso e permanência desses indivíduos estejam ocorrendo de maneira efetiva, sob condições que favoreçam e possibilitem a formação acadêmica e autonomia dentro do ambiente universitário.

Entende-se que a partir das discussões realizadas e dos dados obtidos, os objetivos desse estudo tenham sido alcançados, apoiado na revisão sistemática aqui desenvolvida. É esperado que essa pesquisa possa contribuir com a temática levantada e que atraia novos olhares para o público aqui discutido, a fim de colaborar para novas análises realizadas futuramente, trazendo novas informações para o tema.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, E. G.; SOUZA, D.; BIANCHI, A. B.; MACUCH, R. *et al.* Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência. **Cinergis**, v. 18, n. 1, p. 1–7, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8076>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ARAÚJO, J. D.; BARRETO SILVA, M. A.; ANDRADE DA SILVA, W. D. (In)acessibilidade arquitetônica e suas implicações para a permanência da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Scientia Plena**, [S. l.], v. 15, n. 8, 2019. DOI: 10.14808/sci.plena.2019.082702. Disponível em: <https://scientiaplenu.emnuvens.com.br/sp/article/view/4933>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BEATO, A. S. H. **Educação inclusiva**: estudo de caso sobre as percepções dos docentes e dos encarregados de educação. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Portugal: Escola Superior de Educação João de Deus, 2013. 126 p. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4148>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRANDAU, R.; MONTEIRO, R.; BRAILE, D. M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Rev. Bras. Cir. Cardiovasc.**, v. 20, nº 1, p. VII IX, mar., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbccv/a/YjJ9Hw34dfDTJNcTKMFnKVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BEM, R. M.; NUERNBERG, A. H.; PEREIRA, C. A.; RICHTER, M. O papel da Biblioteca Universitária na vida acadêmica do estudante com deficiência: Ambiente de Acessibilidade Informacional da UFSC. *In.*: AMBONI, N. de F. (Org.). **Gestão de bibliotecas universitárias: experiências e projetos da UFSC**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 69-77.

BERNARDI, L.; SILVA, J. G.; NASCIMENTO, V. A.; ROSA, A. C. G. *et al.* AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, v. 7, n. 1, p. 9–16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/saude/article/view/5904>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Casa Civil, 2004. 17 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior**. (SINAES). Brasília: Ministério da Educação, 2013. 51

p. Disponível em:

[http://www.ampesc.org.br/\\_arquivos/download/1382550379.pdf](http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012. 2 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=1%C2%BA%20desta%20Lei%20ser%C3%A3o%20preenchidas,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=1%C2%BA%20desta%20Lei%20ser%C3%A3o%20preenchidas,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE)..) Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria Geral. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Secretaria Geral, 2015. 30 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 30 jun. 2022.

CABRAL, V. N.; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação e Realidade**, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 15, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/105412>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, E. M. B. Recursos Didáticos na Educação Especial. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-20. 1996. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/602> Acesso em: 16 jul. 2022.

CUNHA, M. I.; ZANCHET, B. M. B. **A problemática dos professores iniciantes: tendência e prática investigativa no espaço universitário**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 189-197, set./dez., 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v33n03/v33n03a04.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

DAVID, R. S. **Formação de professores para o ensino superior: docência na contemporaneidade. Saberes**, Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, [S. l.], v. 18, n. 1, p.199-213, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/12184>. Acesso em: 16 jul. 2022.

DÍAZ, F; BORDAS, M; GALVÃO, N; MIRANDA, T. *et al.* (Ed.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 364 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/170/3/Educacao%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3 p. 549-556, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>. Acesso em: 3 jul. 2022.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GASTALDI, R. A. **RS/AT**: uma abordagem para aplicação de análise temática em revisão sistemática. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação, área de concentração: Engenharia de Software). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2016. 127 p. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10540/GASTALDI\\_Rafael\\_2018.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10540/GASTALDI_Rafael_2018.pdf?sequence=6&isAllowed=y). Acesso em: 16 jul. 2022.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. **Educar em Revista**, n. spe.3, p. 151–166, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52925>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GUEDES, D.; PISCO ALMEIDA, A. M. Acessibilidade no ensino superior na modalidade remota para deficientes visuais: comparação entre Brasil e Portugal. **Revista EDaPECI**, v. 22, n. 1, p. 6–23, 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/17174/12603> Acesso em: 26 dez. 2022.

GUEDES, L. C. Luta por Dignidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Público Superior: uma Experiência de Construção de Acessibilidades pelo viés da Gestão Inclusiva no Nordeste Brasileiro. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. l.], v. 54, p. e054005, 2020. DOI: 10.14195/1647-8614\_54\_6. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/8478>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GIROTO, C. R. M; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Ed.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Editora Oficina Universitária, 2012. p. 232 Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas\\_e-book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf). Acesso em: 16 jul. 2022.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, ed. 4, Rio de Janeiro: LTC, 1988. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/53983977/9\\_ESTIGMA\\_-\\_Erving\\_Goffman.pdf](https://www.academia.edu/download/53983977/9_ESTIGMA_-_Erving_Goffman.pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

INGLES, M. A.; ANTOSZCZYSZEN, S.; SEMKIV, S. I. A.; OLIVEIRA, J. P *et al.* Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 20, n. 3, p. 461-478, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300011>. Acesso em: 28 jun. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - **Microdados da Educação Superior Brasileira 2019**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2020. (Arquivo digital).

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. 190 p. Disponível em: [https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos\\_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf](https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf). Acesso em: 1º jul. 2022.

LAQUALE, A. **A pessoa com deficiência e o direito à acessibilidade**. 2017. 24 p. Disponível em: <https://adonislaquale.jusbrasil.com.br/artigos/469572573/a-pessoa-com-deficiencia-e-o-direito-a-acessibilidade>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LATORRACA, C.; RODRIGUES, M.; PACHECO, R. L.; MARTIMBIANCO, A. L. C. *et al.* **Busca em bases de dados eletrônicas da área da saúde: por onde começar**. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015338/rdt\\_v24n2\\_59-63.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015338/rdt_v24n2_59-63.pdf). Acesso em: 4 mar. 2023.

MALHEIRO, C. A. L.; LIMA, V. S.; FERREIRA, R. D. S.; BARBOSA, L. M. M. Acessibilidade no Moodle: Contribuições para inclusão dos estudantes com deficiência visual no ensino superior. **Laplage em Revista**, v. 7, n. 1, p. 142–154, 2020. Disponível em: [10.24115/S2446-6220202171143p.142-154](https://doi.org/10.24115/S2446-6220202171143p.142-154) Acesso em: 27 fev. 2023.

LIMA JÚNIOR, G. C. A inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior: Design de Moda e o Método SEE BEYOND. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 029-056, 2018. DOI: [10.5965/25944630212018029](https://doi.org/10.5965/25944630212018029). Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/11990>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MACHADO, E. V. Inclusão no ensino superior — uma experiência exitosa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 120–129, 2014. DOI: [10.21723/riaee.v9i1.6863](https://doi.org/10.21723/riaee.v9i1.6863). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6863>. Acesso em: 26 dez. 2022.

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Portal de ajudas técnicas para a educação: Recursos pedagógicos adaptados**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. 49 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec\\_adaptados.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf). Acesso em: 16 jul. 2022.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, suppl 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 3 jul. 2022.

MODELSKI, D.; GIRAFFA, L. M. M.; CASARTELLI, A. de O. Tecnologias digitais, formação docente e práticas pedagógicas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e180201, 2019. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100515&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100515&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 fev. 2023.

PRATI, R. C.; BARANAUSKAS, J. A.; MONARD, M. C. **Bib View**: um sistema para auxiliar a manutenção de registros para o BibTEX. São Carlos: ICMC-USP, 1999. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/directbitstream/98e3de54-01c0-4e02-b6fb-f69abf5cb5d1/BIBLIOTECA\\_113\\_RT\\_95.pdf](https://repositorio.usp.br/directbitstream/98e3de54-01c0-4e02-b6fb-f69abf5cb5d1/BIBLIOTECA_113_RT_95.pdf). Acesso em: 3 fev. 2023.

ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (Orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2009. p.166. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/46803406/82432072-livro-fundamentos-historicos-da-educacao-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SÁ, E. D. C.; SILVA, I. M.; CAMPOLINA, M. B. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 57 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_e\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

SALES, I. H.; TORRES, J. P. Inclusão de estudantes com deficiência visual em uma Universidade Federal Mineira. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, p. e20/1–23, 2022. DOI: 10.5902/1984686X66425. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/66425>. Acesso em: 7 dez. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, 2007, v. 11, n. 1, p. 83-89. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Acesso em: 2 jul. 2022.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In.*: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América Latina, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009. 17 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SELAU, B.; DAMIANI, M. F.; COSTAS, F. A. T. Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? **Acta Scientiarum Education**, vol. 39, n. 4, p. 431-440, set. 2017.

<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v39i4.28915>. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/28915>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4083>.

Acesso em: 26 dez. 2022.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional** [online]. 2021, v. 29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SMITH, D. D. Baixa visão ou Cegueira. *In.*: SMITH, D. D. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008., p. 169-194. Acesso em: 16 jul. 2022.

TORRES, A. R.; ALMEIDA, M. I. de. Formação de professores e suas relações com a pedagogia para a educação superior. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 11-22, 2013. Disponível em:

<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/14/79/1>. Acesso em: 16. jul. 2022.

VENDRAMIN, C. Repensando Mitos Contemporâneos: o capacitismo. III Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneo SOFIA: entre o saber e o não saber nos processos artísticos, promovido pelo Programa de Pós Graduação em Artes da Cena, da Unicamp, que aconteceu entre os dias 21 e 30 de agosto de 2019. **Anais [...]**. Campinas, UNICAMP, 2019. p. 16-25. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389> Acesso em: 21 fev. 2023.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de Professores na Educação Inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 18, p. 1-7, 2001. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5183/3178>. Acesso em: 16 jul. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1- Quadros das análises dos estudos incluídos na Revisão Sistemática

**Quadro 1-** Identificação e análise do estudo de MACHADO, E. V. (2014).

Aspectos Analisados	Dados coletados
Autor	MACHADO, E. V.
Ano	2014
Título	Inclusão no ensino superior — uma experiência exitosa
Objetivo	Apresentar estudo de uma experiência exitosa de inclusão no Ensino Superior e considerações sobre políticas públicas de inclusão no que se diz respeito à acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência visual no Ensino Superior.
Principais contribuições	<p>O artigo aponta a importância de que aconteça o envolvimento de todas as pessoas que compõem o ambiente universitário para que seja possível, de fato, que a inclusão dos alunos com deficiência visual aconteça de maneira efetiva. É de extrema importância apostar na formação de gestores das IES, para se atentarem a questões que vão além das legislações, que possuam o conhecimento que possibilite o diagnóstico, planejamento, controle e avaliação das barreiras enfrentadas por esses alunos durante todo o processo educacional</p> <p>A partir do relato de experiência trazido no artigo foi possível observar que as pessoas envolvidas entendiam a importância do trabalho em conjunto e a certeza de que sozinhos não poderiam garantir o acesso e a permanência desses estudantes, era preciso que houvesse o envolvimento de todas as pessoas que compõem a instituição para que as práticas inclusivas não acontecessem de modo isolado e abrangessem todos os ambientes que compõem a universidade. A partir disso, se tornaria possível que houvesse uma inclusão total.</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 2-** Identificação e análise do estudo de ALEXANDRINO, E. G, et al. (2016).

Aspectos Analisados	Dados coletados
Autor	ALEXANDRINO, E. G. et al.
Ano	2016
Título	Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência.
Objetivo	Investigar as dificuldades que uma ex-aluna, portadora de deficiência visual grave vivenciou durante a graduação em uma instituição de ensino superior pública.
Principais contribuições	<p>O artigo aponta diferentes dificuldades que um aluno com deficiência visual pode encontrar durante o processo educacional em uma instituição de ensino superior. A partir do relato de experiência apresentado nesse estudo, se destacaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de materiais de estudo e avaliação adequados (Braille);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de acessibilidade e espaços adequados no prédio da instituição;</li> <li>- Falta de comunicação entre os docentes e funcionários da universidade para resolução dos problemas;</li> <li>- Falta de compreensão e medidas da gestão para melhorar o atendimento à aluna;</li> <li>- Dificuldades encontradas por conta da falta de formação continuada dos professores (adaptação no currículo e adequação de recursos pedagógicos).</li> </ul>
--	---

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 3-** Identificação e análise do estudo de GESSER, M., NUERNBERG, A. H. (2017).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	GESSER, M., NUERNBERG, A. H.
Ano	2017
Título	A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência
Objetivo	Propor fundamentos teórico-metodológicos voltados à inclusão de pessoas com deficiência física e visual no ensino superior.
Principais contribuições	<p>O texto aponta que embora os dados mostrem que o número de pessoas com algum tipo de deficiência no ensino comum esteja aumentando, são poucas as que tem acesso ao ensino superior e que mesmo quando conseguem garantir esse acesso, elas enfrentam dificuldades em diferentes aspectos durante o processo dificultando a sua permanência nesse ambiente. É importante que as instituições de ensino possam ofertar a conversão dos materiais bibliográficos que serão utilizados durante as aulas aos alunos com DV no mesmo momento em que os demais alunos estiverem tendo acesso ao material.</p> <p>Dessa forma, é imprescindível que os professores sejam capacitados e estejam abertos para a flexibilização das metodologias utilizadas em sua aula durante o processo de ensino para garantir o acesso à informação do conteúdo passado. A acessibilidade precisa fazer parte do seu trabalho docente, ela precisa estar presente como um dos critérios utilizados ao repassar um conteúdo.</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 4-** Identificação e análise do estudo de SIEMS-MARCONDES, M. E. R. (2017).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	SIEMS-MARCONDES, M. E. R.
Ano	2017
Título	Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade
Objetivo	Identificar as estratégias construídas pelos estudantes no enfrentamento e transposição das barreiras de acesso ao conhecimento ao longo da trajetória escolar na educação básica, por uma estudante universitária com deficiência visual.
Principais contribuições	O artigo traz a importância das relações humanas durante o processo de inclusão e de como isso pode afetar positiva ou negativamente no processo educacional desses estudantes. Um trabalho feito em conjunto, com todos

	que estão envolvidos na comunidade da instituição de ensino, junto de materiais pedagógicos, tecnológicos e a formação docente devem estar alinhados para que possam funcionar de maneira efetiva.
--	--

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 5-** Identificação e análise do estudo de LIMA JÚNIOR, G. C. (2018).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	LIMA JÚNIOR, G. C.
Ano	2018
Título	A inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior: Design de Moda e o Método SEE BEYOND
Objetivo	Apresentar o Método SEE BEYOND a partir de uma abordagem em que é tratada a Inclusão da pessoa com deficiência visual nos bacharelados de Design de Moda.
Principais contribuições	O artigo traz reflexões acerca do curso de Design de Moda, foi possível identificar a necessidade do desenvolvimento de um método capaz de promover a acessibilidade de estudantes à educação, na referida área, incluindo o desenvolvimento de material didático-pedagógico acessível, como integrante do método desenvolvido e apresentado no estudo. A partir disso foi possível compreender a acessibilidade em diferentes dimensões. Como recurso para pessoas com deficiência visual no ensino superior, o autor comenta que identificou a ausência da tecnologia assistiva e de material didático acessível.

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 6-** Identificação e análise do estudo de BERNARDI, L. et al. (2018).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	BERNARDI, L. et al.
Ano	2018
Título	AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Objetivo	Discorrer sobre a importância das pessoas com deficiência visual no ensino superior e as diferentes ferramentas que podem ser implantadas nestas instituições com o objetivo de ampliar a acessibilidade a estes locais.
Principais contribuições	O artigo aponta que um estudante da deficiência visual precisa de suporte para que possa percorrer pelas etapas que compõem o processo de ingresso nas IES. O artigo segue citando alguns problemas que percorrem o processo de inclusão dentro das instituições de ensino superior, sendo eles: - Problemas arquitetônicos; - Atitude negativa de alguns indivíduos dentro da própria instituição; - Inadequação dos materiais/equipamentos fornecidos e também a formação de professores capacitados para atuar de forma inclusiva dentro da sala de aula.

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 7-** Identificação e análise do estudo de ARAÚJO, J. D. et al. (2018).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	DE ABREU ARAÚJO, J. D. et al.
Ano	2019
Título	(In)acessibilidade arquitetônica e suas implicações para a permanência da pessoa com deficiência visual no ensino superior.
Objetivo	Investigar a (in)acessibilidade arquitetônica para a pessoa com deficiência visual nos espaços de um campus universitário multi-institucional que sedia duas IES públicas estaduais no mesmo espaço localizado no município de Iguatu-CE, bem como verificar se a disposição dos equipamentos arquitetônicos do campus está ou não em consonância com o que estabelece a norma brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
Principais contribuições	O artigo apresenta que a instituição, mesmo sendo inaugurada recentemente (2015), não apresenta nenhuma acessibilidade arquitetônica, o que faz com que entre em conflito com o que está previsto na legislação, que visa garantir o acesso e permanência do estudante com deficiência visual dentro do campus. O artigo ainda traz que com o resultado da pesquisa fica claro que tanto as instancias públicas quanto a sociedade no geral alimenta o descaso com a acessibilidade e com as políticas públicas de inclusão, reafirmando a ideia de que o ensino superior se apresenta de maneira elitista, normativo e excludente.

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 8-** Identificação e análise do estudo de GUEDES, L. C (2020).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	GUEDES, L. C.
Ano	2020
Título	Luta por Dignidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Público Superior: uma Experiência de Construção de Acessibilidades pelo viés da Gestão Inclusiva no Nordeste Brasileiro.
Objetivo	Refletir sobre a importância da gestão universitária para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, considerando uma experiência real, vivenciada em uma universidade pública do nordeste brasileiro a partir da matrícula de uma estudante com deficiência visual (cegueira congênita) no curso de Pedagogia Licenciatura.
Principais contribuições	No estudo analisado, foram encontradas barreiras de natureza arquitetônica, comunicacional, metodológica e atitudinal. Foi citado também a necessidade dos coordenadores dos cursos universitários de conhecer as demandas dos estudantes com deficiência para que a partir disso seja possível criar um planejamento os envolvendo diretamente, permitindo que participem de

	<p>maneira ativa durante todas as etapas do processo que conduz a inclusão deles dentro dos ambientes das IES.</p> <p>O artigo traz algumas categorias e subcategorias onde são organizadas sugestões e propostas de intervenções para serem consideradas no processo educacional dessas pessoas, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais bibliográficos e recursos instrucionais;</li> <li>- Biblioteca;</li> <li>- Documentos institucionais de registro e controle acadêmico - Formação aos servidores técnicos;</li> <li>- Ações de acessibilidade na interação entre as comunicações e a arquitetura da Unidade Acadêmica;</li> <li>- Ações de acessibilidade na arquitetura da Unidade Acadêmica;</li> <li>- Ações de acessibilidade na escolha do pessoal de apoio e acompanhamento à aluna;</li> <li>- Ações de acessibilidade nas Orientações aos Docentes.</li> </ul>
--	--

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 9-** Identificação e análise do estudo de MALHEIRO, L. A. C (2021).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	MALHEIRO, L. A. C
Ano	2021
Título	Acessibilidade no Moodle: contribuições para inclusão dos estudantes com deficiência visual no ensino superior.
Objetivo	Avaliar o ambiente virtual de aprendizagem Moodle com o intuito de identificar os problemas de funcionalidade enfrentados pelas pessoas com deficiência visual e adequá-lo diante dos requisitos de acessibilidade.
Principais contribuições	<p>Aumento de matrículas de pessoas com deficiência nos cursos superiores oferecidos na modalidade EAD e nos desafios que essa nova realidade traz para as instituições de ensino que oferecem esses cursos à distância para garantir a acessibilidade para que essas pessoas possam realizar o curso superior. Dentro dos desafios encontrados pelos alunos com deficiência visual é possível citar: desenho do curso, recursos de materiais didáticos, ambiente virtual de aprendizagem, entre outros (MALHEIRO; SCHLÜNZEN JUNIOR, 2018).</p> <p>Sobre as mudanças realizadas no ambiente virtual, as instituições apontam quem as realizam de acordo com as solicitações dos alunos.</p> <p>É importante destacar que o ambiente virtual está presente em quase todos os cursos de ensino superior e não apenas nos de ensino a distância. Deve-se levar em conta também a diversidade do público com deficiência visual durante as buscas por soluções inclusivas para a inclusão e formação desse público dentro do ensino superior.</p> <p>Ao final do artigo, considera-se importante a disponibilização de vídeos tutoriais que auxiliem os estudantes com deficiência visual a mexerem nos comandos de leitores de tela, a ativarem o alto contraste, a ampliarem tela e assim por diante, de modo que, eles possam utilizar a plataforma de forma autônoma. É necessário também a inserção das diretrizes de acessibilidade na implementação dessas ferramentas e recursos materiais. O estudo traz como sugestões que as instituições que usem sistemas mais antigos busquem por atualizações para que as possíveis mudanças em suas interfaces sejam possíveis de serem realizadas e a necessidade de orientação e formação de profissionais de design educacional, web design e docentes que desenvolvem e implementam esses cursos nos ambientes virtuais de aprendizagem.</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração Própria.

**Quadro 10-** Identificação e análise do estudo de SILVA, J. C., PIMENTEL, A. M. (2021).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	SILVA, J. C., PIMENTEL, A. M.
Ano	2021
Título	Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior
Objetivo	Analisar a produção científica sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência visual, especificamente no que diz respeito à permanência em instituições de ensino superior.
Principais contribuições	<p>O artigo aborda que a permanência de estudantes da deficiência dentro das instituições de ensino está atrelada a criações de medidas voltadas tanto para questões arquitetônicas quanto para questões didáticas, a fim de garantir o direito de acesso e da socialização dessas pessoas. Dessa forma, é importante considerar, que apesar dos termos “acesso” e “permanência” terem definições diferentes, eles precisam estar lado a lado durante todo o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual dentro das instituições de ensino, contribuindo no processo educacional e na socialização dessas pessoas com deficiência com os demais estudantes que compartilham os mesmos espaços.</p> <p>Foi informado também a existência de dois programas criados para fortalecer os núcleos de acessibilidade dentro das IES, para auxiliar os estudantes com deficiência e amenizar as dificuldades encontradas por eles dentro do ambiente acadêmico, sendo eles: “Programa incluir” e “Programa viver sem limites”, porém, é citado que em 2020 esses programas foram encerrados pelo atual governo federal da época.</p> <p>- Importância de integração de toda a comunidade universitária a fim de melhorar e garantir a permanência desses estudantes nas IES.</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 11-** Identificação e análise do estudo de GUEDES, D., ALMEIDA, P. M. A. (2021).

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	GUEDES, D., ALMEIDA, P. M. A.
Ano	2022
Título	Acessibilidade no ensino superior na modalidade remota para deficientes visuais: comparação entre Brasil e Portugal.
Objetivo	Discutir a acessibilidade no ensino remoto, devido à pandemia decorrente da Covid-19, de estudantes do ensino superior com deficiência visual, numa análise comparativa entre Brasil e Portugal, através de estudo de caso, apresentando as facilidades e dificuldades encontradas por essa demanda e a possibilidade e necessidades de mediação a ser exercida entre docente e discente e o uso de ferramentas de tecnologia assistiva
Principais contribuições	Foi possível identificar que a modalidade remota de ensino apresenta a necessidade de adequar-se às necessidades dos alunos com deficiência visual, precisando inclusive, providenciar recursos adequados para a devida

	<p>inclusão e o preparo para o uso dos recursos da tecnologia assistiva através das ferramentas utilizadas.</p> <p>- Reformulação da didática utilizada para a produção de meios acessíveis e inclusivos para os estudantes com deficiência visual, e, realizar o preparo dos docentes para atender adequadamente a todos os alunos.</p> <p>- Importância da formação continuada realizada por esses educadores. Tanto no Brasil, quanto em Portugal os estudantes com deficiência visual encontram obstáculos em relação à acessibilidade e a permanência quanto ao ensino presencial.</p>
--	---

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Quadro 12-** Identificação e análise do estudo de SALES, I. H.; TORRES, J. P. (2022)

<b>Aspectos Analisados</b>	<b>Dados coletados</b>
Autor	SALES, I. H.; TORRES, J. P.
Ano	2022
Título	Inclusão de estudantes com deficiência visual em uma Universidade Federal Mineira
Objetivo	Descrever e analisar desafios vivenciados durante o percurso acadêmico de estudantes com deficiência visual matriculados em uma universidade federal, localizada no estado de Minas Gerais.
Principais contribuições	<p>O artigo traz a percepção de estudantes com deficiência visual acerca dos desafios enfrentados por eles dentro da instituição de ensino superior, levando em conta que embora possuam a mesma deficiência eles podem apresentar percepções diferentes a partir do modo com o qual percebem e interagem com o ambiente, reafirmando que uma deficiência não define uma pessoa, cada um apresenta suas particularidades.</p> <p>É citado também que na maioria dos casos, pequenas adaptações já seriam capazes de melhorar as condições enfrentadas pelos alunos dentro das IES, porém os professores do ensino superior, ainda enxergam a inclusão dessas pessoas como algo dependente de grandes avanços e grandes especializações e reorganizações dos espaços.</p> <p>Ainda sobre as barreiras encontradas é exposto que elas podem ser identificadas também nas relações dos alunos PAEE com seus colegas de classe e com os professores, tudo isso influencia na permanência desse aluno nas instituições de ensino superior. É possível citar também, como fator que contribui para a permanência ou não desses alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As metodologias e estratégias utilizadas pelos professores dentro de sala de aula;</li> <li>- A formação docente dos professores que atuam no ensino superior.</li> </ul>

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria.